

ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

Por Que Fazer Uma Reforma Urbana: Juiz de Fora um caso peculiar

Maíra Carvalho Carneiro Silva
Graduanda – UFJF

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre o processo de intervenção do Poder Público sobre o espaço urbano de Juiz de Fora, comparando-a com a cidade do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX. Tais reformas tiveram amplitude e caráter diferentes. Em geral, as reestruturações urbanas foram recorrentes em diversos pólos urbanos do país, naquele momento histórico, e tinham como principal objetivo realizar adaptações em estruturas antigas – de aspecto colonial - que se pretendiam modernas. Em nossas pesquisas, temos percebido que Juiz de Fora não se enquadrou exatamente neste modelo de reforma, pois não precisou ser adaptada ao modelo de modernidade, no qual já estava inserida, por ter sido uma cidade formada a partir da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Modernidade, urbanização, reforma urbana.

INTRODUÇÃO:

O fim do século XIX ficou conhecido por suas duplas experiências. Se por um lado temos o momento conhecido como *Belle-Époque*, apresentava-se também o *Fin-de-siècle*. Com características completamente opostas, mas que traduzem bem o espírito desse momento tão interessante do mundo contemporâneo. A *Belle-Époque* aparece como o deslumbramento do moderno, de sua tecnologia e de todas as modificações introduzidas no cotidiano de milhares de pessoas. São desse momento a descoberta da energia elétrica, tão importante para o desenvolvimento do capitalismo, do bonde elétrico, do telégrafo e de inúmeras outras invenções capazes de reduzir as distâncias, aumentar a velocidade e modificar a percepção do mundo.¹

Podemos dizer ao contrário de tudo isso que o *Fin-de-siècle*, foi à percepção de todos os problemas que essa era trouxe, os malefícios de uma vida agitada e moderna, ansiedades, neuroses e desordens. Pairava também no ar uma sensação de que tudo estava perdido, não havia mais o que ser feito. Era a anarquia moral, a subversão de idéias e padrões, o aumento da libertinagem e do crime. Os graves problemas relacionados à saúde, comprovados pelo

¹ A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

declínio demográfico, o aumento das doenças como a sífilis e o alcoolismo, corroboravam esta sensação.²

Mesmo existindo dois modos distintos de perceber este momento, tratarei daqui por diante apenas do que se convencionou chamar de *Belle-Époque*. O Brasil também viveu a sua Bela Época, mesmo que com um pequeno descompasso cronológico, se tivermos a Europa como base. Devido à extensão territorial de nosso país e de sua colonização heterogênea podemos notar focos de grande desenvolvimento. Entre os mais conhecidos, citamos a cidade de Belém e a cidade de Manaus, que ganharam forte impulso com a extração da borracha.³ A cidade do Rio de Janeiro, capital da nação, também vive este período áureo. E Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais, despontou como uma cidade com o espírito *Belle-Époque*, já se destacando desde a década de 1850, quando Mariano Procópio consegue a concessão para a construir a Estrada União e Indústria.

1. CAMINHOS DA MODERNIDADE:

Um dos caminhos para se atingir este sonhado modelo de modernidade foram as Reformas Urbanas, que modificaram as características das cidades e apagaram o que fosse considerado obstáculo. Concordamos que no fim do século XIX as cidades coloniais foram consideradas: “um entrave à modernidade. Daí a necessidade de destruí-la e construir uma nova urbe ordenada segundo os preceitos e necessidades de uma sociedade capitalista”.⁴

Assim, submergiram novas cidades, muito bem delimitadas no que condiz a exclusão social de sua população e que formam a vista dos mais desatentos um lindo cartão-postal de cidades maravilhosas. Foi assim, com Paris, Viena e Rio de Janeiro, por exemplo.

Devemos entender que as cidades coloniais evocavam dois aspectos fundamentais de entrave à modernidade e ao capitalismo, o escravismo e o modelo imperial. O Brasil foi um dos últimos países americanos a acabar com a escravidão e instaurar a república, isso gerava certo estranhamento perante as outras nações como já havia sido detectado no Manifesto Republicano de 1870: “Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo”⁵ Nesse sentido a Proclamação de 1889 marca não só a mudança de regime político, mas também a mudança para um novo cenário. A ordem e o

² WEBER, Eugene Joseph. **França, fin-de- siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³ DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED, 2000.

⁴ RAMINELLI, Ronald. **História Urbana**. 200 p.

⁵ Manifesto do Partido Republicano (1870). Apud MORAES, Evaristo de. **Da Monarquia para a República (1870-1889)**. 2ª edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. Coleção Temas Brasileiros v. 57. p. 40 (A citação se refere somente a questão do regime de governo, não englobando a escravidão.)

progresso positivistas formavam um momento privilegiado para “apressar a marcha da história”⁶. Os interesses republicanos alinhavam-se aos interesses capitalistas, de abertura econômica ao capital externo, promoção da industrialização e consequente modernização do país. Idéias que podem ser observadas, já nos primeiros anos da República, quando houve grande penetração de capitais ingleses e americanos, além da grande emissão de papel moeda, culminado na crise conhecida como Encilhamento.⁷

Pelas esperanças que gerava o novo regime produziu uma sensação de cancelamento da história anterior a ele e fazia o elo com as nações industrializadas européias. Este passado, ao mesmo tempo gerava vergonha e desprezo pelos grupos sociais remanescentes (principalmente os escravos) e hábitos de um tempo findo.

Dentro deste contexto as Reformas Urbanas tratavam não somente de aspectos físicos, mas também do aspecto interior, mental. Era ao mesmo tempo uma questão ética, estética, moral e econômica.

“(...) junto com estas conquistas burguesas modernas, pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestéticas, foram deslocados para áreas, bairros ou subúrbios afastados, liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios. Mudar as condições sanitárias de uma cidade ou aformoseá-la significava também, e deliberadamente, interferir e erradicar os maus hábitos e costumes dos seus moradores, dar-lhe uma nova fisionomia e plasticidade e criar usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa.”⁸

Nas seções seguintes serão tratados os casos específicos do Rio de Janeiro e Juiz de Fora, a fim de estabelecer uma análise comparativa entre as duas cidades, buscando perceber em os aspectos abordados anteriormente.

⁶ CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas:** O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.139

⁷ SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In: Idem. **História da Vida Privada no Brasil.**

⁸ SOUSA, Fábio G. R. B. de. **Campina Grande cartografia de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945).** Revista Brasileira de História. (versão on-line) V. 23. n. 46. São Paulo, 2003.

2. RIO DE JANEIRO:

A cidade do Rio de Janeiro foi a capital da nação até 1960, quando da inauguração de Brasília como a nova capital do país. Por ser a capital era também a porta principal de entrada no país e sua vitrine para os estrangeiros que aqui chegassem. Porém o que se via até meados da primeira década do século XX, era uma cidade pestilenta, velha, com uma população que beirava um milhão de pessoas, fervilhante de negros, ex-escravos vindos das lavouras de café em decadência. Estes mesmos negros habitavam velhos casarões, que divididos com muitas pessoas tornavam-se moradias insalubres. Além de sua presença ser moralmente condenável e perigosa para a população de bem.

Outro problema que se apontava referia-se à circulação de mercadorias na antiga capital. Desde a administração Campos Sales as crises advindas do Encilhamento tornavam-se mais patentes e buscava-se uma solução. O acordo feito com o *funding loan* para tentar resolver este problema exigia a renda das alfândegas em troca de dez milhões de libras. A melhor forma de conseguir cumprir este acordo seria aumentando a atividade econômica do país e atrair investimentos. Para tal alguns problemas deveriam ser resolvidos.

O primeiro dos problemas referia-se ao porto do Rio de Janeiro. Este era o principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância na América.⁹ No entanto suas instalações eram obsoletas e não comportavam a volume de cargas e movimentação que seria imposto pelo novo ritmo. Tinha pouca profundidade, não permitindo que grandes navios aportassem nele, necessitando de serviços de cargas, chamados de saveiros.¹⁰

O segundo ponto dizia respeito às ruas da cidade, tanto as que se ligavam ao porto e pelas quais eram transportadas às mercadorias até linhas de trens ou onde seriam vendidas, quanto às velhas ruas do centro. Muitas delas eram pantanosas, de traçado colonial, estreitas e tortuosas, dificultando a passagem concomitante de pessoas e carros.

Para os navios de passeio que por aqui passassem o porto refletia o estado de uma cidade pestilenta, conhecida como o “túmulo dos estrangeiros”. Por isso mesmo a tripulação preferia permanecer a distância, não se atrevendo a desembarcar, tendo assim

⁹ Sevcenko. Op. Cit.

¹⁰ BCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, divisão de Editoração, 1992. p.217-218

uma atitude prudente frente ao perigo de contágio.¹¹ Este ponto já esboça o terceiro problema, a infinidade de doenças que alarmavam a população da cidade, tifo, varíola e cólera, só para citar algumas.

Frente ao grande desafio que tinha Rodrigues Alves ainda durante sua campanha promete sanear e melhorar o porto do Rio de Janeiro. Porém, diante dessas três dimensões que se apresentavam foi montada uma equipe com três técnicos para os três setores. O engenheiro Lauro Muller foi designado para a reforma do porto, o médico sanitário Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos para a reurbanização.¹²

Francisco Pereira Passos durante sua estada em Paris como adido, acompanhou as obras do barão de Haussmann que :

“(...) transformaram Paris no modelo de metrópole industrial moderna imitado em todo o mundo. (...) rasgou no centro de Paris, um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de ambos os lados, reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas (...)”¹³

E foi sobre esta perspectiva que empreendeu a Reforma Urbana do Rio de Janeiro. O foco principal foram os casarões da área central, onde vivia o grosso da população pobre. Para atingir a amplitude necessária foram dados ao prefeito Passos poderes extras, ditatoriais, concedidos pelo Presidente através da lei de 29 de dezembro de 1902. Esta era arbitrária, anticonstitucional e sem direitos para a comunidade, era inclusive permitido que o despejo fosse feito pela polícia.¹⁴

Para os simpatizantes esta era a Regeneração, para os atingidos era o “bota-abixo”. A vitrine dessas reformas foi a Avenida Central, atual Rio Branco, inaugurada em fins de 1904.¹⁵ Os que tiveram de deixar suas casas passaram a se aglomerar em novas habitações apertadas, só que dessa vez longe dos olhos da elite, era o início das favelas. Foram excluídos do meio urbano desde vacas e cães, até ambulantes e mendigos. Estes passavam por exames médicos e os considerados inaptos para o trabalho eram

¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Scipione, 1993. p.40-41

¹² SEVCENKO, N. *O Prelúdio Republicano*. p. 22-23

¹³ BENCHIMOL. Op. cit.

¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*.

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. *O Prelúdio Republicano*. P. 26

recolhidos em asilos, enquanto que os aptos sem trabalho, eram entregues a polícia e enquadrados no Código Penal.¹⁶

Através de tudo o que foi dito percebemos que a Reforma Urbana do Rio de Janeiro, compreendeu todas seus aspectos, atendendo amplamente o que dissemos de forma genérica sobre as reformas.

Por último queremos salientar que, embora o projeto Pereira Passos tenha sido efetivamente cumprido, as discussões que o geraram não eram novas. Pelo menos desde 1875 projetos envolvendo, reforma urbana, salubridade e construção de vilas operárias eram apresentados pela comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro ou pelo Conselho Municipal, já na era republicana.

3. JUIZ DE FORA:

A vila de Santo Antônio do Paraibuna foi elevada a cidade em 1856. No ano anterior Mariano Procópio fundou a “Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna e seu Município”. Essa iniciativa já demonstrava o modo como a então vila e depois cidade desde seus primórdios se preocupava com seu destino de desenvolvimento e busca pelo progresso.¹⁷ Entre 1855 e 1890 houve um crescimento vertiginoso do total da população urbana, em torno de 2500%, em pouco mais de 30 anos.¹⁸

Pelo momento em que foi fundada, a cidade de Juiz de Fora já nasceu sob o signo da modernidade. O traçado colonial e a mentalidade da colônia não eram marcas desse lugar. Como observou Howyan na introdução de seu projeto, as ruas eram retas e de largura regular.¹⁹ Apresentava-se de modo diverso das outras cidades coloniais mineiras, marcadas pelo seu conservadorismo atrelado ao seu forte catolicismo, guiadas pelos sinos de suas Igrejas barrocas. Não havia aqui predomínio do catolicismo, mas a convivência entre diversas religiões, mesmo que de forma não pacífica. Surgia assim, uma sociedade diferente, nem carioca, nem mineira, em suas características mais intrínsecas.

¹⁶ BENCHIMOL. Op. cit.

¹⁷ OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2^a edição, Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966. p.29-37

¹⁸ MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade capital e poder: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado. Niterói:UFF, 1990. p.99

¹⁹ HOWYAN, G.

O que primeiro se formou na cidade foi seu núcleo cívico, por iniciativa dos cafeicultores da região. Eles desde o começo mostraram-se atentos as suas necessidades e ao modo como poderiam ser atendidas através deste novo núcleo urbano. Novo impulso ganhou a cidade com a industrialização, advinda dos lucros obtidos com a cafeicultura²⁰. A atividade industrial foi de grande importância tanto para a economia, quanto para a urbanização e também para a formação de um modelo próprio de desenvolvimento, patrocinado pela elite. Este “projeto modernizador” como ressaltou Christo, foi elaborado pela elite em seu benefício, satisfazendo uma necessidade de maior controle do espaço urbano e da sua população, a imagem do progresso tornava-se uma obsessão coletiva²¹.

Outro aspecto da modernidade aqui presente era o seu republicanismo. E Juiz de Fora que já nasceu sem passado colonial tinha laços frágeis com a monarquia, apesar do imperador ter freqüentado a cidade. Marca disso foi que, logo após a Proclamação da República alterações foram feitas de modo que símbolos foram retirados e ruas com nomes que lembravam a monarquia passaram a ter referências republicanas.²² Exemplo disso são as ruas do Imperador e da Imperatriz que passaram a se chamar respectivamente de 15 de Novembro e Marechal Deodoro, nomes que se mantêm até hoje. Creio que tomado, efetivamente, ares republicanos, a cidade deu mais um passo ao encontro do seu objetivo e indicava quais seriam seus próximos capítulos.

Por volta da década de 1880 a cidade já havia ganhado ares efetivamente capitalistas, como foi apresentado por Sônia Miranda:

“Por um lado estabeleceu-se um sistema de transportes urbanos, por outro organizou-se o sistema financeiro através da criação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, sendo esse último responsável posteriormente por empréstimos para o setor industrial privado e para os serviços de saneamento urbano organizados pela Câmara Municipal após 1915.”²³

Essas características podem ser comprovadas pelo seu alto desenvolvimento econômico, patente em sua diversificação industrial e na grande quantidade de imigrantes que para aqui vieram, como mão de obra operária.

²⁰ PIRES, Anderson. Café e indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. Juiz de Fora: UFJF.

²¹ CHRISTO, Maraliz de Castro V.. **Europa dos pobres**: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: Edufjf, 1994 p.1 e 12

²² FUNALFA (Org.). Ruas da Cidade. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.

²³ MIRANDA, Op. cit.p. 106

A princípio o Poder Público não participava de forma efetiva do processo de urbanização da cidade. E a iniciativa privada era quem melhor intervivia nesse campo. Tanto que a Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia e a Usina hidrelétrica, que foram obras particulares, assim como a abertura de algumas ruas, como pode ser visto em solicitações enviadas para a Câmara Municipal. As primeiras resoluções da Câmara que se mostram preocupadas com essa situação são de 1892²⁴.

As Resoluções Municipais entre os anos de 1892 e 1920, tratam de ajustar as formas da cidade ao ideal de modernidade. Nas elas são ajustados os tamanhos das ruas, a forma como as casas deveriam ser construídas ou como deveriam ser fechados os terrenos ainda vagos. Em uma atitude deliberada de incentivo ao embelezamento das vias centrais, em 1905 foi editada a Resolução nº 530. Por ela ficava instituído um prêmio anual para os três prédios que “mais se recomendarem pelo gosto estético de suas construções, especialmente das fachadas e por suas dimensões.” E no ano de 1910 e 1919, são promulgadas Resoluções determinando que na Rua Halfeld só fossem construídos sobrados ou outros prédios com mais de dois ou três andares.

Tratavam também as Resoluções de um outro aspecto, da conduta urbana. Através delas determinava-se, trânsito de veículos, presença de animais e de mercadores ambulantes. Este é o caso, por exemplo da Resolução nº 406 de 1897, que passa a exigir licença para a posse de animais (de cabritos a cães) no perímetro urbano. Daí em diante era necessário matriculá-los, pagar o imposto, não podiam ser deixados soltos sob pena de multa. Era a busca pela racionalização do espaço urbano.

Por último, pelos aspectos observados nestas Resoluções, podemos notar uma forte atenção a questão higiênica-sanitária. Já na terceira Resolução, no ano de 1892, são apresentados os deveres da Inspetoria de Higiene Municipal, a qual cabia, dentre outras coisas, “o saneamento das localidades e das habitações”²⁵. Outra de suas atribuições era a aplicação de multas, para prédios irregulares, quanto a salubridade; e em casos insanáveis, desocupá-lo e até demoli-lo²⁶. A preocupação com o saneamento perpassa todo o período. No ano de 1893, foi elaborado pelo engenheiro francês, G. Howyan, um projeto intitulado: “Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas, esgotos; retificação de rios, drenagem”. O projeto já havia sido aprovado no ano anterior com orçamento de 50:000\$000. por razões políticas o plano não chegou a ser

²⁴ MIRANDA, Op. cit.; OLIVEIRA, Op. cit. Resoluções da Câmara Municipal

²⁵ Artigo 3º, § 2º , Resolução nº 3 de 14 de maio de 1892.

²⁶ Artigo 6º da resolução nº 127 de 1893.

colocado em prática. Só mais tarde no ano de 1915, pela Resolução nº696, aprovou-se um novo plano de saneamento e abastecimento d'água, organizado pelos engenheiros, Saturnino de Brito e Lourenço Baeta Neves.

Não queremos dizer com o que foi apresentado, que Juiz de Fora conseguiu ser um exemplo ideal de um núcleo urbano. Com certeza só as Resoluções da Câmara não conseguiam resolver os problemas que se apresentavam, não eram meios perfeitamente eficazes para isso. Como em todos e lugares e tempos, havia duas cidades, aquela do centro urbano – feita para ser admirada – e aquela para ser escondida, onde viviam os que não se adaptavam²⁷ aquele modelo.

CONCLUSÃO:

Após a apresentação dos dois casos a que nos propusemos analisar podemos tirar algumas conclusões iniciais. É visível a diferença entre as reformas urbanas das cidades em questão. Se tomarmos por definição que uma Reforma Urbana abrange: saneamento, embelezamento e retirada dos obstáculos para a afirmação do capitalismo; podemos até chegar a dizer que não houve Reforma Urbana em Juiz de Fora.

Enquanto que, no Rio de Janeiro foi necessária uma cirurgia drástica, com presença marcante do Poder Público, em toda a sua estrutura para que as adaptações tivessem o sucesso esperado. Em Juiz de Fora as transformações foram ocorrendo de forma paulatina ao longo de pelo menos 30 anos. Por causa de seu espírito progressista a cidade já cresceu adaptada para atender aos interesses de sua elite. E era essa mesma elite que patrocinava suas modificações, restando ao Poder Público uma parcela menor dentro desse projeto. Mesmo se considerarmos que na maioria das vezes eram esses mesmos grupos da elite que faziam parte do quadro de políticos da cidade, a sua participação não era de grande importância. A iniciativa privada continuará tendo importância fundamental no que se refere ao espaço público, através de suas associações como a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e o Asilo João Emílio, por exemplo. Sendo que a primeira mostrava-se alinhada as orientações de Oswaldo Cruz e preocupava-se com os hábitos dessa sociedade industrial²⁸.

²⁷ Resolução nº869 de 1921.

²⁸ VALE, Vanda Arantes do. **Juiz de Fora – "Manchester Mineira"**. III Encontro da Associação de Estudos Brasilianistas – Cambridge – Inglaterra, 1996.

A busca por ares modernos, seja quanto à conduta de pessoas, seja ao estilo arquitetônico de seus prédios, foram em boa medida impostas pelas Resoluções Municipais. E como já foi apresentado anteriormente a inserção no capitalismo se deu através de seu avançado desenvolvimento econômico já nascente desde de sua fundação.

De modo geral, podemos considerar a diferente forma de organização urbana em Juiz de Fora, consequências de: 1) a data de sua formação – a ausência de um passado colonial; 2) ao grande desenvolvimento econômico ocorrido; 3) a marcante organização da iniciativa privada; e 4) ao projeto modernizador em empreendido pela elite.

Para que não se ache que só ocorreram diferenças entre ambos processos, não nos esqueçamos da deliberada exclusão gerada nesse momento. No Rio de Janeiro é o início das aglomerações nos morros, as quais damos o nome de favelas. E em Juiz de Fora notamos também a segregação dos grupos de trabalhadores, restringindo-os a vilas operárias, na periferia da cidade, seja por meio de decretos ou do aumento abusivo de aluguéis.²⁹

Depois do que foi exposto é preciso ter outros olhos ao se admirar "Cidades Maravilhosas", por trás de seus cartões postais, muito foi feito e muitos foram excluídos do progresso e da modernidade.

²⁹ ANDRADE, Sílvia M. B. Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924), Juiz de Fora, Ed. UFJF, 1987. p.43-44.